

Frente Parlamentar Mista discute unificação nas lutas contra o desmonte do serviço público

No dia 25/05 foi realizada uma reunião virtual da Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, que teve como pauta a definição de estratégias de proteção ao serviço público (Reforma Administrativa) e conjuntura política, além da unificação nas lutas contra o desmonte do serviço público.

Durante os debates, foi discutida a volta dos servidores públicos para o trabalho presencial, o que é uma loucura, uma vez que os órgãos não possuem EPI's suficientes, além do ambiente não ser favorável para receber os servidores.

O serviço público não está parado, muito pelo contrário, o teletrabalho está funcionando da melhor maneira possível, o serviço está sendo executado perfeitamente. Não há embasamento científico que garanta essa volta de maneira segura. Atemos de seguir trabalhando para que o teletrabalho/home office seja mantido.

Outro assunto de suma relevância foi a discussão da MPV 922/2020, pautada na Câmara dos Deputados. A medida faz parte da reforma administrativa. Mais de 40 entidades participaram da reunião. O momento é de união para juntos lutarmos pela valorização do serviço público, que mais do que nunca vem mostrando sua força.

O QUE ESTÁ NA MPV 922/2020

Contratação temporária

* Altera a Lei 8.745, de 1993, ampliando a possibilidade de contratação temporária no serviço público, ou seja, sem concurso. Os concursos também ficam dispensados em caso de atendimento de demandas pelo aumento do volume de trabalho em qualquer órgão público; necessidade de redução de processos e de trabalho acumulado em anos anteriores; desempenho de atividades que se tornarão obsoletas no curto e no médio prazo; atividades preventivas em caso de riscos ambientais, humanitários e de saúde pública; atendimento humanitário a imigrantes, entre outras hipóteses.

Aposentados

* Permite a recontração de servidores aposentados, que serão recrutados por processo seletivo simplificado. A remuneração pode ser por produtividade ou por jornada de trabalho. Aposentados com 75 anos ou mais não podem participar. Também não podem os que foram aposentados por invalidez permanente.

Desconto em folha

* Modifica a Lei do Empréstimo Consignado para autorizar a contratação de terceiros para a prestação dos serviços de operacionalização de consignações pelo INSS. A contratação será por licitação, que será dispensada caso o INSS opte por uma empresa pública ou sociedade de economia mista para realizar o serviço.

Perícia

* Estabelece que a avaliação pericial do servidor público federal, realizada pela perícia médica, dispensará a necessidade de junta médica. Segundo o governo, o objetivo é simplificar os procedimentos relacionados à avaliação médico-pericial do servidor público regido pela Lei 8.112, de 1990, retirando exigências que aumentam a morosidade, sem perder o rigor da análise.

Requisição de servidores

* Amplia a possibilidade de requisição de servidores. Passam a ser irrecusáveis as requisições de servidores para a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia; para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (até 31 de dezembro de 2021) e para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (até 31 de dezembro de 2020).

* Os servidores, empregados e militares nessa condição fazem jus à gratificações de Representação da Presidência da República mesmo que não estejam em exercício nesse órgão, enquanto durar a cessão.

Bolsonaro dá aumento a policiais na véspera de congelar salário de servidor

O presidente Jair Bolsonaro vai assinar uma medida provisória que dá reajuste de até 25% para as forças de segurança do Distrito Federal. O aumento vai custar aos cofres públicos R\$ 505 milhões por ano. A decisão, confirmada pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF), ocorre um dia antes de acabar o prazo para a sanção do projeto de lei de socorro a estados e municípios.

O projeto dá para as unidades da federação um pacote de R\$ 60 bilhões pago em parcelas por quatro meses. Em troca, as autoridades locais terão de congelar os salários no serviço público por um ano e meio. Além do aumento no salário das forças de segurança no DF, o presidente também articulou para aprovar antes da sanção do congelamento de salários a MP que aumenta benefícios nos altos postos da PF. Bolsonaro também vai editar um decreto convocando mais concursados da Polícia Rodoviária Federal.

"Oportunismo criminoso": servidores pedem saída de Salles do Ministério

A Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente (Ascema Nacional), emitiu uma nota de repúdio ao ministro do Meio Ambiente (MMA), Ricardo Salles. No vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril, Salles aparece sugerindo ao presidente Jair Bolsonaro e aos outros ministros, aproveitar o tempo de pandemia, em que a imprensa "só fala de covid-19", pra "passar a boiada" de normativas infralegais.

Segundo o ministro, o momento de pandemia é uma oportunidade para fazer desregulamentações que seriam alvos de críticas da imprensa em momentos normais.

Segundo a entidade, após a vitória de Bolsonaro nas eleições de 2018 o presidente colocou em prática "a estratégia de dilapidação da proteção ao meio ambiente através do desmonte de seus órgãos executivos. Para isso Ricardo Salles foi nomeado".

Sobre a declaração de Salles, de que deve ser aproveitado o momento em que a imprensa está de olho nos impactos da covid-19 para "passar a boiada", a Ascema afirmou que é "oportunismo criminoso" e disse que é inaceitável que Salles "permanença destruindo o patrimônio ambiental do Brasil".

Em nome dos servidores da carreira de especialista em Meio Ambiente, a Ascema vem denunciado as atitudes de Ricardo Salles e o classifica como "antiministro". "Desde o começo de seu trabalho de desmonte do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do ICMBio, seguindo as diretrizes inconsequentes, irresponsáveis e anticientíficas de seu chefe, Bolsonaro", afirma a nota de repúdio da instituição.

"Não por acaso, assistimos ao aumento vertiginoso dos desmatamentos na Amazônia, detectados pelas imagens de satélite ainda em novembro de 2018, logo após o resultado das eleições. Com a posse de Bolsonaro, de imediato, a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas foi extinta e a Secretaria de Recursos Hídricos e o Serviço Florestal Brasileiro foram para outras pastas, retirando da área ambiental a responsabilidade pela gestão das nossas águas e florestas públicas. Também a sociedade civil foi vilipendiada no desmonte do CONAMA, perdemos o Fundo Amazônia, o sistema de julgamento de multas foi paralisado pela criação dos Núcleos de Conciliação Ambiental, o ICMBio foi ocupado e desestruturado por Policiais Militares e o Ibama exonerou a cadeia de comando da fiscalização", denuncia a Ascema.

Ministério da Saúde autoriza contratação de profissionais por tempo determinado

Através da Portaria Interministerial Nº 12.683/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), desta terça-feira (26) e assinada pelo secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel e pelo ministro interino da Saúde, Eduardo Pazuello, fica autorizada a contratação por tempo determinado de profissionais para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Os profissionais poderão ser contratados a partir de maio de 2020 para atuar nas atividades de assistência e apoio à assistência à saúde, nas cidades do país que fazem frente ao combate do novo coronavírus (COVID-19). Ao todo, serão contratados 5.158 (cinco mil, cento e cinquenta e oito) profissionais, entre médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionista e psicólogos.

De acordo com a portaria, o prazo de validade dos contratos será de até seis meses. Ficará a cargo do Ministério da Saúde a definição da remuneração dos profissionais a serem contratados, além da distribuição do quantitativo máximo de profissionais nas cidades.

EM DEFESA DA VIDA, MAIS SERVIÇOS PÚBLICOS

- **Mais e melhores serviços públicos!**
- **Ampliação dos serviços públicos!**
- **Expansão e melhorias no SUS!**
- **Não ao congelamento salarial!**
- **Fim da burocracia para o auxílio emergencial aos desempregados e informais!**
- **A vida em primeiro lugar: pela manutenção do teletrabalho!**
- **Em defesa das Empresas Públicas!**
- **Revogação da EC 95/16 (Teto dos Gastos)!**
- **Nenhum Direito a Menos!**
- **Fora Bolsonaro, Fica Serviço Público.!**

FIM DO GOVERNO BOLSONARO

SINDSEP-MG
CONDSEP - FENADSEP

27 DE MAIO: DIA NACIONAL DE LUTA